

O SURGIMENTO DA ESCOLA MÉDICA PAULISTA NO CONTEXTO BRASILEIRO DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1891 A 1930)¹

Márcia Regina Barros da Silva
Doutora em História Social pela FFLCH-USP
Pesquisadora do Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde -
Universidade Federal de São Paulo
e-mail: mbarros.cehfi@epm.br

Recepción: 09-03-04
Aprobación: 04-06-04

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender o processo de instalação do ensino de medicina em São Paulo, entre fins do século XIX e início do século XX. Para tanto serão discutidas as mudanças que ocorriam no estado a partir da instalação da República e da criação de novas instituições médicas como Sociedade de Medicina e Cirurgia e Serviço Sanitário e inauguração de diversas revistas na área.

¹ Trabalho apresentado no “51 Congreso Internacional de Americanistas”, Santiago de Chile, 2003, no simpósio “Historia y prospectiva de la universidad latinoamericana”, com o título “A escola médica paulista no contexto brasileiro do ensino superior 1891-1933”.

PALAVRAS-CHAVE

História do ensino, ensino médico, faculdade de medicina, São Paulo, Brasil

RESUMO

Este trabajo intenta comprender el proceso de instauración de la enseñanza médica en São Paulo, Brasil, entre finales del siglo XIX y principios del siglo XX. Para tanto se discute los cambios que ocurrieron en el Estado de São Paulo en los comienzos del periodo de la República, en el contexto de la creación de nuevas instituciones médicas, tales como la Sociedade de Medicina e Cirurgia y el Serviço Sanitário, así como surgimiento de varias revistas de la area.

Palavras-chave: educação, medicina, São Paulo, Brasil

***APPEARANCE OF THE SÃO PAULO MEDICAL SCHOOL
IN THE BRAZILIAN CONTEXT OF THE FIRST
REPUBLIC (1891 – 1930)***

Marcia Regina Barros de Silva

Social History of FFLCH-USP

*Researcher of the Health Sciences History and
Philosophy Center – São Paulo Federal University*

E-mail: mbarros.cehfi@epm.br

ABSTRACT

This work analyzes the changes occurred in the teaching of Medicine in São Paulo, Brazil, between the end of the XIX and beginning of the XX century. The transformations in São Paulo have been examined in a configuration of the State, the Nation and the Brazilian Republic level. The connection between the scientific definitions of health and education which were established at that moment and the creation of new institutions, like Sociedade de Medicina e Cirurgia, Serviço Sanitário and several medical magazines have been analyzed inclusive.

KEY WORDS

Medical education – São Paulo – Brazil

INTRODUÇÃO

A implantação do ensino médico em São Paulo será analisada aqui conjugada à transformações que não se localizavam apenas no contexto de criação de uma instituição acadêmica mas também no exame de outros espaços de atuação profissional médica. Alias o que era próprio da atividade médica estava, naquele período do início do século XX, em transformação. Propostas de associativismo, criação de periódicos, institucionalização da saúde pública e da pesquisa com ampliação e especialização do atendimento hospitalar foram temas importantíssimos para a consolidação da idéia de ensino. Todas essas mudanças estavam em íntima sintonia com as alterações políticas que desenharam a implantação da República brasileira, com suas especificidades locais.

Essa proposta de analisar em conjunto o contexto político, profissional e científico da medicina paulista visa compor um quadro mais abrangente do que seja a questão do ensino na sociedade. Isso ao mesmo tempo já conduz a uma conclusão prévia, a de que a educação constitui um sistema amplo e complexo de ação, historicamente constituída e intrinsecamente relacionada aos processos mais gerais de organização social.

Dos primeiros tempos

A implantação do ensino médico no Brasil esteve, desde seu início, ligada a uma política de estado em íntima sintonia com a formação de elites profissionais. As primeiras escolas médicas criadas no país foram as da Bahia e do Rio de Janeiro, em 1808. Nestas instituições, partia-se de uma perspectiva hierárquica, em que se subordinavam os cirurgiões aqui formados aos médicos formados em Portugal.

Somente houve uma mudança nesse quadro em 1832, após o primeiro momento da independência do Brasil, ocorrida em 1822, quando as duas escolas são transformadas em faculdades de medicina, com cursos de farmácia e de partos. Os profissionais formados a partir daí constituem-se, grosso modo, em um grupo direcionado ao próprio ensino e à clínica nos centros do país, onde quase todos desempenhavam também funções políticas - eletivas e administrativas - e ainda oficiais, como médicos integrantes da Guarda Nacional do Império (Santos Filho, 1991).

A criação de novas faculdades de medicina somente vai ocorrer no momento em que as discussões em torno da instauração da República alteram o quadro político e quando o quadro econômico nacional também começa a sofrer mudanças (Ferreira et al. 2001).

Em São Paulo este contexto é particularmente importante, pois no período em que se dá a Proclamação da República, em novembro de 1889, o estado está passando por um grande processo de desenvolvimento econômico, devido sobretudo à economia do café. A centralização administrativa que caracterizava o Império passa a ser intensamente combatida, assim o governo republicano começa a apresentar novos contornos com a implantação do sistema federativo, que favorece a ação dos governos estaduais (Costa, 1977). Embora o início do período republicado tenha sido um momento em que estavam sendo redefinidos os limites entre poderes locais, das municipalidades, e os governos dos estados, é a partir da gestão conjunta destas duas instâncias que se dá ênfase à atenção à saúde e à ampliação da educação paulista.

Dois fatores foram importantes para modificar a situação em São Paulo: a intensa urbanização e a entrada de imigrantes, mão-de-obra livre, para o trabalho nas lavouras. Estas mudanças forneceram as bases de uma ação com vistas a interferir no instável quadro sanitário da capital e de algumas cidades importantes do ponto de vista econômico, como por exemplo Santos, zona portuária, ponto de conexão para o comércio local e exportador, afetada principalmente por epidemias de febre amarela (Ribeiro, 1993). Por outro lado aquelas mudanças estimularam também novos sistemas de valores, tais como o cientificismo e o industrialismo, que demandavam um certo “entusiasmo educacional” (Nagle, 1974), refletido na busca pela ampliação do ensino.

Quanto ao tema da educação popular, logo nos primeiros momentos do novo governo, durante a Primeira Assembléia Constituinte, realizada em São Paulo em 1891, em documento publicado no ano de 1901, eram relacionados o ensino com perspectivas de que esse auxiliasse na sustentação do novo regime:

Mas, si é certo que a complexidade dos fenômenos sociais se aumenta todos os dias, impondo-se aos que governam, é fora de dúvida que o povo deve receber uma instrução que o habilite a proceder com acerto na escolha de seus representantes, encarregados de tão alta missão. Está nisso a força crescente da democracia. (São Paulo, 1901, p. 32)

Neste momento os ideais republicanos eram apresentados como uma nova perspectiva de organização da sociedade, organização essa sustentada por um arcabouço liberal, que tornaria possível a entrada do Brasil nos cânones dos países modernos e civilizados, à imagem e semelhança das principais cidades européias.

Os primeiros governos republicanos do estado de São Paulo prepararam um conjunto de medidas que visavam adequar o estado àquelas proposições modernizadoras, elegendo duas portas de entrada para este novo mundo que se projetava: a instrução e a saúde. A partir desses dois pontos deu-se início a montagem de um cenário institucional cuja tônica era a de um discurso acusatório, contra a inépcia do antigo Império, e ao mesmo tempo uma fala favorável a um modelo de políticas públicas pretensamente democratizantes.

As políticas adotadas visavam sobretudo dar uma nova dimensão à vida nacional e construir um cenário propício à república que se instalava. O cerne desse espírito republicano, em São Paulo, era adequar a sociedade aos ditames do progresso e do livre comércio. De maneira geral seus princípios básicos seriam o aumento do patrimônio econômico e promessas de eficiência científica, dando “a cada um os meios de conhecer e exercer seus direitos, de cumprir seus deveres, de se aperfeiçoar na sua indústria e de desenvolver todos os talentos que tenha recebido da natureza (...)” (São Paulo, 1893, p. 965).

Como conseqüência desse processo, na instrução, ocorrem tentativas de ampliação da escolarização, principalmente para o ensino elementar, e propostas de criação de ensino técnico e superior. No setor da saúde, por seu lado, foram estabelecidas metas de combate às principais doenças epidêmicas que atacavam o estado e implantados serviços de saneamento básico.

De acordo com nosso objetivo inicial, para o entendimento da constituição do ensino superior e especialmente do ensino médico, se torna importante avaliar conjuntamente tanto as questões ligadas à saúde quanto à instrução.

Minha perspectiva é a de que a estrutura institucional com que foram montadas as instituições de ensino e os serviços de atenção à saúde, preconizava um tipo de profissional ajustado às idéias de progresso, modernidade e, sobretudo, superioridade do conhecimento científico. Incontestavelmente, os médicos e professores escolhidos para atuarem nos diversos setores dos serviços públicos descendiam dos quadros das elites oligárquicas tradicionais e isso deu um caráter bastante limitado ao processo.

A atenção à saúde que se instituiu por meio do Serviço Sanitário, criado em 1892², visava o terreno da higiene pública. Esse sanitarismo voltado aos problemas epidêmicos e de padronização da vida urbana se casava bastante bem com a concessão de melhoramentos sociais, que pudessem ser intimamente monitorados, embora não se negue conquistas reais quanto a um conjunto de políticas públicas.

É importante avaliar que o sistema de saúde organizado visava dois tipos de atitudes por parte dos poderes públicos: o controle das doenças transmissíveis por meio de processos de desinfecção e a capacitação dos seus agentes para o reconhecimento e o combate às doenças epidêmicas.

Essa capacitação me parece ser o centro mesmo dos serviços, pois permitiu que toda uma gama de espaços - laboratórios de análises químicas e bacteriológicas, laboratório de produção de medicamentos e hospitais de isolamento - formassem um conjunto unificado pelas conquistas do conhecimento microbiológico. Ao mesmo tempo, o Serviço Sanitário serviu como local de combate e conquista de

² O Serviço Sanitário foi constituído por um Conselho de Saúde Pública e por uma Diretoria de Higiene composta pelas seguintes seções: Laboratório Farmacêutico, Laboratório de Análises Clínicas, Laboratório Bacteriológico e Instituto Vacinogênico.

um estado saneado, livre de doenças bastante comuns, como febre amarela, malária e peste, funcionando como difusor de conhecimento científico e base de um país que se queria civilizado.

O aparato educacional que foi sendo montado paralelamente ao do sistema de saúde possuía um discurso voltado para o ensino primário e para outro combate, o do analfabetismo. O objetivo era formar o cidadão político, tecnicamente habilitado, para os novos ventos da República, como foi diversas vezes apontado nos discursos e na legislação.

Mas além deste objetivo imediato, formar o eleitor, outras conseqüências mais complexas tiveram lugar. A meu ver consolidou-se fortemente a idéia de organização do corpo de cidadãos para enfrentar, entender e aceitar a linguagem e as representações da modernidade que se solidificava nesse momento.

A instalação de ferrovias, de energia elétrica, da imprensa diária, eram somente parte das modificações ocorridas na passagem do século XIX para o XX. O esforço das elites em adequar a nova vida urbana aos símbolos da modernidade foi um procedimento importante para atestar a legitimidade do regime.³

Enquanto isso ocorria com o ensino primário e secundário, o ensino superior ficava direcionado à formação de outra casta de cidadãos, aos que agiriam como base de sustentação do processo de modernização, atuando como articuladores do progresso material com o progresso social.

A medicina tinha um lugar importante nesse processo. Mesmo sem uma escola médica até os anos 1910, o conjunto de profissionais que atuavam no estado de São Paulo, formados no Rio de Janeiro, na Bahia e muitos no exterior, ocuparam lugar de destaque. O cenário médico paulista foi sendo constituído como um amplo espaço de formação profissional. Seus representantes, numa atitude consciente de busca de unidade, transformaram o conjunto das instituições de saúde em espaços de aprendizagem. (Silva, 2202) A habilitação acadêmica, impossível pela falta de uma escola médica, foi conquistada pela criação de um ambiente complexo que agia como “espaços” de ensino, constituído por laboratórios e hospitais, órgãos associativos e pelo debates travados em torno de diversos temas veiculados nos novos periódicos médicos, que serão melhor descritos a seguir.

As instituições republicanas de saúde

A estrutura na qual se sustentavam os médicos atuantes em São Paulo no primeiro momento da República era composta pelos já citados Serviços Sanitários

³ Várias das discussões relacionadas com o tema da “modernidade” podem ser vistas nos livros de Carvalho, José Murilo de Carvalho. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1990; Sevcenko, Nicolau. *O orfêu extático na metrópole. São Paulo sociedade e cultura nos frentes anos 20*. São Paulo : Companhia das Letras, 1992 e do mesmo autor, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo : Companhia das Letras, 2003.

(1892), pela Sociedade de Medicina e Cirurgia (1895) e Hospital da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo⁴, mais antiga instituição da área da saúde, de 1875, além de algumas casas de saúde e institutos particulares.

Esse conjunto de instituições foi sendo alargada em fins do século XIX quando começaram a ser criados periódicos médicos, tais como as duas primeiras revistas médicas de São Paulo, de 1889 e 1895, e a *Gazeta Clínica*, de 1903.⁵ Como órgãos de divulgação de novos conhecimentos, os periódicos, juntamente com os demais espaços de atuação médica, tornaram-se focos de irradiação e de discussão sobre as bases conceituais do combate aos principais problemas de saneamento naquele momento, além de local de discussão sobre o futuro ensino médico paulista.

Nessas instituições e esse momento específico foi marcado por um processo longo de afirmação da própria constituição dos conhecimentos médicos em vigor, através de grandes debates e disputas, que criavam uma espécie de ambiente “acadêmico” nos meios médicos. Os diferentes tipos de profissionais envolvidos procuravam definir diversos parâmetros de atuação de entendimento sobre a saúde e a doença na jovem república. Os principais deles eram definir o quadro nosológico específico do país e do estado, as causas principais das doenças que se disseminavam no período, suas formas de propagação e as possíveis indicações de cura dadas as promessas de conhecimento com as quais a bacteriologia permitia sonhar.

Por outro lado, divergências quanto à influência do positivismo na profissão fez com que idéias a favor da liberdade profissional fossem intensamente combatidas e associadas ao charlatanismo por vários médicos:

Senhores! A liberdade profissional e o charlatanismo medico tem pontos de contato por onde se identificam e se completam de tal modo que é impossível pensa n’uma sem logo se pensar na outra. (...) o licenciado é um incapaz, o charlatão é um especulador (...). (*Revista*, 1909, p. 466)

No ensino superior, a prioridade em São Paulo até aquele momento havia sido a de incentivar o desenvolvimento do campo das idéias e da formação de bacharéis, com a existência de um curso de ciências jurídicas, criado no período do Império, importante lugar de debates sobre o abolicionismo e sobre a própria idéia de república. A Escola de Direito de São Paulo foi transformada em faculdade em 1854. Também em outras áreas somente no período próximo ao momento republicano novas escolas foram instaladas (Nadai, 1987), como o curso de engenharia na Escola Politécnica, de 1894, a Faculdade de Farmácia, de 1898 e a

⁴ Para uma idéia mais geral sobre a instituição ver Carneiro, Glauco. *O poder da misericórdia: a Santa Casa na história de São Paulo*. São Paulo : Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, 1986.

⁵ No período entre os anos de 1884 e 1933 foram criadas 61 revistas médicas e de áreas afins (farmácia, química, biologia), com diferentes tempo de vida.

Escola de Agronomia, de 1901, instituições criadas de acordo com uma visão cientificista e positivista, que identificava na ideologia do progresso a chave para se alcançar o “(...) o concurso das luzes e das aptidões científicas”. (São Paulo, 1893, p. 21)

Para todas essas áreas, mais consolidadas do ponto de vista do conhecimento, as demandas do período adequavam-se muito bem a um ideal modernizador, esse tecnicamente identificado com as habilidades práticas da engenharia e com os propósitos exportadores da agronomia, por isso a meu ver foram mais facilmente aceitas, a princípio, do que uma faculdade de medicina.

O que aconteceu no campo da medicina parece ser um pouco diferente. O conhecimento médico valorizado pela idéia de saúde pública, adotada no primeiro período republicano, não era suficiente para preencher os requisitos de criação de ensino profissional. A medicina precisava prever uma formação mais ampla do que a idéia de conhecimentos produzidos a partir de um serviço sanitário destinado à higiene poderia oferecer. A necessidade de entendimento do campo de atenção à saúde como um complexo composto por conhecimentos básicos e clínicos, e a busca de um local para a prática destas duas vertentes, o laboratório e o hospital geral e de especialidades, ainda não estavam bem estabelecidos na década final do século XIX paulista para possibilitar a criação do ensino médico.

Não havia completa identidade entre o que se deveria conhecer em medicina. A microbiologia e a bacteriologia das doenças epidêmicas eram destaque tanto nos primeiros periódicos médicos, quanto nas discussões da Sociedade de Medicina, mas ainda não estavam totalmente incorporadas como forma de produção de conhecimento médico por todos os clínicos em atividade. Disto derivava um tipo de cuidado com os doentes, que se dava essencialmente nos próprios locais de moradia, residências, cortiços, fazendas, por meio da prevenção, da vacinação e dos exames coletivos e não de maneira sistemática em hospitais gerais.

A solução de alguns dos problemas de saúde deste período e por outro, lado as dificuldades ou o abandono na busca de resolução de pontos difíceis nos processos nosológicos urbanos, como por exemplo a tuberculose, não auxiliaram no estabelecimento de um movimento profissional diversificado o suficiente para se concretizar na criação de uma faculdade de medicina. Isso só vem a acontecer quando, num segundo momento, o quadro mais geral da economia industrial começa a se ampliar e quando os médicos começam também a adotar novos parâmetros de atuação, mais homogêneos e adequados aos cânones de uma medicina científica. Esse direcionamento, porém, veio com a larga experiência conseguida na saúde pública e a partir do reconhecimento dos representantes mais bem identificados com os propósitos da pesquisa experimental e do ensino.

A primeira escola médico do estado, a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foi assim instalada somente em janeiro de 1913 (São Paulo, 1914),

após diversos projetos rejeitados e muitas negociações. Seus componentes foram recrutados principalmente nas enfermarias do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Embora São Paulo tenha sido um modelo na atenção à saúde pública, possuindo representantes dos melhores cientistas brasileiros, tais como Emílio Ribas, Adolfo Lutz e Vital Brazil, nenhum deles foi indicado para professor das áreas básicas. Para essas vagas foram contratados professores estrangeiros, italianos e franceses, entre outros.

Um desses professores, contratado para a cadeira de História Natural e Fisiologia, fez um bom resumo no sentido de ressaltar os aspectos práticos de atenção à saúde e à utilização dos conhecimentos científicos como um meio mais abrangente de entender as doenças que afetavam o homem em sociedade. Em aula inaugural do curso de Fisiologia em 1914 o professor Ovídio Pires afirma neste sentido:

“Em um curso da natureza do que nesta Casa se professa - que colima o estudo da medicina - ciência, meia - ciência ou arte, como quer que a etiquetemos, mas cujo resultado prático e utilitário é o conhecimento das doenças que afetam o homem e o meio de preveni-las, combatê-las e curá-las, o ensino da fisiologia - que nesta hora temos a honra de iniciar, alveja o homem: é, pois, do ponto de vista médico e prático, que será orientado e norteado este curso...”. (Campos, 1914, p. 99)

Por outro lado, todo esse movimento foi feito ao largo das discussões sobre a criação de uma universidade. A idéia de criação de uma universidade brasileira vinha sendo discutida há algum tempo, porém, sua criação somente ocorreu no começo do século XX, com a Universidade do Paraná em 1912 e depois, em 1920, com a instalação da Universidade do Rio de Janeiro (Fávero, 1980). Somente em 1934 foi instalada na capital paulista a Universidade de São Paulo, com a reunião das faculdades paulistas existentes: direito, engenharia, farmácia e medicina, além da criação de uma faculdade de ciências e letras.

Conclusão

Como conclusão é possível avaliar que a identificação entre as questões da saúde e as perspectivas da instrução podem ser vistas em conjunto, na medida em que foram utilizadas como ponto de apoio para o avanço dos ideais republicanos no meio social paulista.

Ambas serviram para indicar que a melhoria das condições de vida seria o alicerce de um país civilizado e reconhecido no cenário mundial. Porém, este

projeto não foi finalizado. Para se ter uma idéia, em 1922, no primeiro centenário de sua independência, o Brasil possuía cerca de 80% de analfabetos, “conforme cálculos da época” (Nagle, op. Cit, p. 112); e a saúde pública, tanto urbana quanto rural, sofria de diversos problemas, principalmente doenças endêmicas e graves crises nos setores rurais (Telarolli, 1996; Hochamn, 1998). Daí percebe-se que as promessas e as esperanças surgidas com o advento da república foram insuficientes para mudar as condições de vida da grande maioria da população e que muitos dos ideais republicanos ainda hoje precisam ser buscados no país.

É possível, pois, identificar duas questões fundamentais para se pensar as diferenças nos processos de criação de instituições de ensino médico no Brasil e especificamente em São Paulo. Primeiro, a Proclamação da República como um momento importante na busca de profissionais qualificados para a nação e, segundo, as discussões em torno das idéias de progresso científico, no início do século XX. Estes dois temas direcionaram o ideário republicano, tanto na saúde, quanto na educação, e justificaram grande parte dos projetos das elites paulistas naquele momento.

Os espaços para a atuação médica estavam sendo criados com novas propostas que foram sumariamente apontadas aqui. O sanitarismo, a saúde pública, o associativismo e o periodismo médico paulistas, tinham a discussão sobre as especificidades das doenças existentes no Brasil e em São Paulo como fator de aglutinação e unificação da linguagem médica. Como espaço comum, utilizavam o laboratório para produção de conhecimento, movimento que forneceria a chancela científica às suas atividades.

O ensino médico foi legitimado em sintonia com um certo espírito a que chamo de “acadêmico”, que somente se consubstanciou quando um conjunto amplo de profissionais se adequou ao quadro de uma medicina científica baseada na bacteriologia. A medicina assim estabelecida sobre os mesmos princípios de exercício profissional, aquele configurado a partir dos ditames da medicina experimental, passou a ser também indispensável, a partir daquele momento, também para a prática médica, que deveria ser do mesmo modo configurada sob a ordem coletiva do saber produzido no laboratório.

Quando um número suficientemente grande de profissionais passou a tomar parte de associações, quando esses passaram a creditarem suficiente legitimidade aos serviços de saúde criados no início da República e quando começaram a praticar essa nova medicina de maneira mais ampla, tanto na saúde pública quanto na particularizada, estava pronto o ambiente que reconhecia o ensino médico como um meio válido de transmissão de conhecimento e de reprodução de seus agentes.

Bibliografia

- CARNEIRO, Glauco.(1986): *O poder da misericórdia: a Santa Casa na história de São Paulo*. São Paulo: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, .
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho. (1990):*A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras,
- COSTA, Emília Viotti da.(1977): *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo : Editorial Grijalbo, .
- FÁVERO, María de Lourdes de A.(1980): *Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45*. Rio de Janeiro : Achiamé,
- FERREIRA, Luiz Otávio; Fonseca, Maria Rachel Fróes e Edler, Flávio.(2001): A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In : Dantes, Maria Amélia M. *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1903*. Rio de Janeiro : Ed. Fiocruz .
- HOCHMAN, Gilberto. (1998) : *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo : Ed. HUCITEC/ANPOCS, .
- NADAI, Elza.(1987): *Ideologia do progresso e ensino superior: São Paulo 1891 – 1934*. São Paulo : Edições Loyola ,
- NAGLE, Jorge.1974): *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo : EPU/EDUSP .
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa.(1993): *História sem fim ... Inventário da saúde pública*. São Paulo : Editora da UNESP,
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro.(1991): *História geral da medicina brasileira*. São Paulo : HUCITEC/EDUSP, .
- SEVCENKO, Nicolau.(1992): *O orfeu extático na metrópole. São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo : Companhia das Letras, .
- _____.(2003): *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo : Companhia das Letras, 2ª edição, .
- SILVA, Márcia Regina Barros.(2002): O ensino médico em debate: São Paulo – 1890 a 1930. In : *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. 9 (suplemento): 139-59, .

TELAROLLI JR., Rodolpho.(1996): *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços sanitário em São Paulo*. São Paulo : Editora da UNESP.

Fontes

São Paulo. Câmara dos deputados do Estado de S. Paulo. *Annaes da Sessão ordinária e Extraordinária de 1892*. São Paulo : Câmara dos deputados do Estado de S. Paulo, 1893

CAMPOS, Ovidio Pires de. *Anais Paulistas de Medicina*. Ano II, abril, 1914

São Paulo. Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo. *Annaes do Congresso Constituinte de 1891*. São Paulo : Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo, 1901

Revista Médica de São Paulo. Ano XII, dezembro de 1909, vol. 23

São Paulo. *Annaes da Sessão ordinária e Extraordinária de 1892*. São Paulo : Câmara dos deputados do estado de S. Paulo, 1893

São Paulo. *Colleções das leis e decretos do Estado de São Paulo : 1913*. Tomo XXIII. São Paulo : Tipografia do Diário Oficial, 1914